

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010417-87.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Planos de Saúde**  
 Requerente: **José Aparecido Panza**  
 Requerido: **Unimed São Carlos/SP - Cooperativa de Trabalhos Médico**

Prioridade Idoso  
 Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**VISTOS**

**JOSÉ APARECIDO PANZA** ajuizou Ação de **OBRIGAÇÃO DE FAZER** c.c. **ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** em face de **UNIMED SÃO CARLOS SP – COOPERATIVA DE TRABALHOS MÉDICOS**, todos devidamente qualificados.

O requerente aduz na sua exordial que é cardiopata e portador de neoplasia de próstata risco intermediário, estágio T1CNO, GS7 (3+4) em 1/14 fragmentos. Alega que é segurado da empresa requerida, cooperativa de trabalhos médicos, desde 2009 através de plano empresarial e que o mesmo encontra-se devidamente pago. Ressalta que ao requerer tratamento de radioterapia de intensidade modulada do feixe, este restou negado com o argumento de que referido tratamento não está abrangido na relação da ANS, tratamento este que assegura ter sido indicado pelo médico, inclusive, conveniado da requerida. Requereu a concessão da tutela de urgência para que se determine à requerida que autorize o tratamento ao autor sob pena de multa, caso não o faça e a procedência da demanda tornando definitivos os efeitos da liminar. A inicial veio instruída por documentos às fls. 14/48.

Antecipação de tutela deferida conforme decisão de

**1010417-87.2016.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

fls. 57/58.

Devidamente citada a requerida apresentou contestação alegando que cumpriu o mandado em atendimento à decisão judicial que concedeu a tutela de urgência e ressaltou que a autorização do procedimento requerido necessitado pelo requerente foi negado devido a não previsão de tal procedimento no rol de procedimentos de cobertura obrigatória editado pela ANS que somente prevê a obrigatoriedade em caso de tumores na região da cabeça e do pescoço. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da demanda.

Sobreveio réplica às fls. 169/177.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 178. A requerida se manifestou à fls. 181 requerendo o julgamento antecipado da lide, não possuindo interesse em produzir outras provas e o autor requereu perícia médica à fls. 182/183.

**É O RELATÓRIO.**

**D E C I D O**, no estado em que se encontra a lide, por entender completa a cognição.

Temos como ponto incontroverso (além de atestado em hábil documentação) a necessidade de o autor se submeter a radioterapia de intensidade modulada do feixe (IMRT):.

O aludido procedimento foi solicitado por médico cooperado da ré, para diminuição dos efeitos colaterais associados ao tratamento posterior, a que o autor deve ser submetido para tentativa de cura de uma neoplasia de próstata, em



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

estágio T1cN0. (v. fls. 44).

Na opinião do sobredito facultativo tal técnica se mostra necessária e é apta a possibilitar ao autor o melhor tratamento possível.

A relação contratual entre autor e ré (seguro de saúde) é tipicamente “de consumo” e, assim, seu equacionamento deve observar os ditames do CDC.

É o que prevê a Súmula 469 do STJ.

Um entendimento consentâneo com os ideais inspiradores do legislador consumerista leva apenas a uma (necessária) conclusão: o objetivo maior de um plano de saúde e da entidade que o mantém/gerencia- no caso a requerida - é resgatar o bem estar físico e mental do conveniado, devendo ficar em segundo plano questões burocráticas, como enquadramento ou não do procedimentos em normas de agências reguladoras, ou mesmo financeiras.

\*\*\*\*\*

O simples fato de o procedimento não constar de lista da ANS não pode ser utilizado como fator exclusivo e impediante da cobertura.

Aliás, é importante ressaltar que o fato de tal procedimento não possuir cobertura obrigatória para tumores localizados em regiões alheias à cabeça e pescoço (cf. fls. 159), não significa dizer que tal procedimento é proibido ou ainda contraindicado no caso do autor. O médico conveniado entende exatamente o contrário !!!!

A enfermidade do autor é “coberta” e havendo expressa



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

indicação médica (de especialista) para o procedimento, inviável se mostra a negativa.

Nesse sentido a Súmula 96 do TJSP: “havendo expressa indicação médica de exames associados a enfermidade coberta pelo contrato, não prevalece a negativa de cobertura do procedimento”.

Ao eleger, como elegeu, um facultativo cooperado onde se consultou o autor está cumprindo disposição contratual cabendo ressaltar que aquele, o médico, atua no caso como se fosse a própria ré.

No mesmo diapasão do aqui decidido podemos citar os seguintes casos análogos equacionados pelo TJSP: REc 0027986-22.2006.8.26.0000, Apel. com Revisão 9131733-92.92.2007.8.26.0000.

Por outro lado, o exame proposto não pode ser considerado experimental e vem sendo utilizado já em larga escala no Território Nacional.

A própria informação da ANS já referida indica seu reconhecimento como técnica terapêutica.

Nesse sentido Apel. 0022317-63.2008.8.26.0405 do TJSP.

E ainda TJ-SP - Apelação : APL 00229203220138260577 SP 0022920-32.2013.8.26.0577, deliberando sobre caso análogo ao que se examina, equacionando e deferindo requisição do mesmo procedimento médico.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

\*\*\*\*\*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pleito inicial, **RECONHECENDO** que a oposição da ré ao tratamento de radioterapia de intensidade modulada do feixe solicitado pelo autor, seu usuário/consumidor é mesmo abusiva, **TORNANDO DEFINITIVA** a antecipação da tutela.

Ante a sucumbência da ré, arcará ela com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 880,00.

Transitada em julgada a decisão, deverá o vencedor iniciar o cumprimento de sentença apresentando o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 e 524 do NCPC.

P.R.I.

São Carlos, 20 de dezembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**